

Encontro de Saúde

15 maio 2019

Centro Saúde de Sete Rios - Lisboa

AUDITÓRIO

— 9h30 às 13h00 —

40 ANOS DE SNS UMA CONQUISTA DE ABRIL



SNS MAIS INVESTIMENTO, É INCLUSÃO E PROGRESSÃO

O 25 de Abril de 1974, permitiu a consagração do direito à protecção da saúde para todos, independentemente da sua condição económica ou da sua zona geográfica.

O Serviço Nacional de Saúde (SNS), criado há 40 anos, trouxe progressos significativos na saúde preventiva e curativa, constituindo um factor de combate à exclusão social e de grande influência na qualidade de vida da população.

Os cuidados de saúde primários tiveram um impulso gigantesco com um papel fundamental na área da prevenção, designadamente com o Plano Nacional de Vacinação, programas de rastreio diversos e campanhas de sensibilização, com o direito ao médico de família e o acesso a várias especialidades médicas.

Os cuidados hospitalares também sofreram uma verdadeira revolução com aumento dos serviços, valências, inovação tecnológica, formação dos técnicos de saúde e investigação.

PLATAFORMA LISBOA EM DEFESA DO SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE

Comissão de Utentes da Cidade de Lisboa, Dir. Reg. Lisboa do Sindicato Enfermeiros Portugueses, FARPIL/MURPI, Movimento Democrático de Mulheres, Inter-Reformados de Lisboa, Movimento de Utentes dos Serviços Públicos, Sindicato Médicos da Zona Sul, Sindicato Trab. em Funções Públicas, Sindicato Nacional dos Psicólogos, Comissão de Utentes da Amadora e Sintra e União dos Sindicatos de Lisboa- CGTP-IN.

E-mail: plataformaxsns@gmail.com



ANTES E DEPOIS

Mortalidade infantil (por 1 000 nascimentos)
1960 - 77,5
1980 - 24,3
2016 - 3,2

43% dos partos ocorriam em casa, 17% dos quais sem assistência clínica.

Poliomielite

1957 - 554

2017 - 0

Sarampo

1989 - 11 791

2017 - 34

Rubéola

1989 - 2 305

2017 - 4

Tuberculose

1980 - 0,7%

2016 - 0,2% (do total dos óbitos).

- 111 centros de referência reconhecidos pela UE como unidades altamente especializadas (2017)

A consagração do SNS permitiu significativos progressos em todos os indicadores de saúde que serão interrompidos se continuar o caminho do subfinanciamento crónico e de uma crescente concessão de prestação de cuidados para entidades privadas.

CORTES NO SNS

O SNS tem apresentado graves debilidades e até mesmo retrocessos, decorrentes de décadas de opções políticas dos governos PS/PSD/CDS, com cortes significativos no investimento com consequências numa notória falta de recursos humanos, numa deficiente estrutura de espaços físicos, na concentração e até ruptura de serviços e ainda risco de falta de qualidade e segurança na prestação dos cuidados.

Cuidados Saúde Primários (Nº de consultas)

2010 - 33 195

2017 - 30 665

Recursos Humanos

2010 - 127 493

2014 - 123 205

2017 - 131 998

Camas de agudos

menos 300 (2010-2015)

Transferências do OE (M€)

2010 - 8.84

2011 - 8.254

2014 - 7.796

2017 - 8.628

Com o actual governo do PS os problemas estruturantes do SNS mantêm-se com efeitos muito negativos na população, sobretudo nas camadas mais fragilizadas, como são os mais pobres, com menos educação ou pelo risco em que se encontram como são os recém-nascidos, idosos, mulheres e pessoas socialmente excluídas.

Antes das próximas eleições legislativas, em 6 de Outubro, vai ser votada na Assembleia da República (AR) uma nova Lei de Bases da Saúde, estando em discussão projectos antagónicos: uns, para legitimar e aumentar o apoio por parte do Estado ao negócio privado, outros para defender o SNS universal, geral e gratuito.

OS AVANÇOS

Muitos dos avanços alcançados no SNS foram o resultado da luta dos seus trabalhadores e das populações e, é por isso, que é preciso exigir:

Da AR uma Lei de Bases da Saúde que claramente defenda o reforço do papel central do Estado com um papel financiador, prestador e regulador, com uma gestão pública e a não promoção do interesse do sector privado;

Um SNS que dê resposta atempada e flexível às necessidades da população, com o adequado financiamento, reforço de verbas orçamentais e sem taxas moderadoras, a contratação dos profissionais em falta, com vínculo público e permanente, com valorização profissional e remuneratória.